

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONTRATAÇÃO DE 1 DOUTORADO(A) AO ABRIGO DO ARTIGO 19.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2016, DE 29 DE AGOSTO, ALTERADO PELA LEI Nº 57/2017, DE 19 DE JULHO

Ref.ª IMM/CT/33-2019

O Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (iMM João Lobo Antunes) abre concurso de seleção para a contratação de um(a) investigador(a) doutorado(a), correspondente ao nível inicial nos termos da legislação aplicável, em regime de **Contrato de trabalho a termo Incerto**, no âmbito do ***Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) – Aviso n.º 02/SAICT/2017 - Projeto de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)***, financiado por fundos nacionais (FCT-MEC), no âmbito do projeto PTDC/MED-QUI/28764/2017 - ***“Entrega Intracelular de Fármacos usando Conjugados entre Pequenas Moléculas e Fármacos para terapia do Cancro da Próstata”*** (IntraCellDrugDelivSMDC4PCa).

Legislação aplicável

- Decreto n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC).
- Código do trabalho, aprovado Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação atual.
- Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro.

1. Plano de Trabalhos a desenvolver

- Síntese química de moléculas de interesse biológico;
- Ensaio bioquímicos e cultura celular
- Co-supervisão de alunos de doutoramento;
- Elaboração de relatórios, manuscritos e apresentações em PowerPoint;
- Comunicação e coordenação de projectos junto com colaboradores.

2. Composição do júri: Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC, o júri do concurso é composto pelos Doutores Gonçalo Bernardes (Presidente do Júri e Responsável do Projeto), Tiago Rodrigues e Bruno Oliveira.

3. Data de início do contrato e Local de Trabalho: O presente contrato tem início previsto em Janeiro de 2020 e mantém-se apenas pelo período necessário à execução do plano de trabalhos proposto; as atividades serão desenvolvidas nas instalações do iMM João Lobo Antunes em Lisboa e/ou noutros locais necessários à execução do plano de trabalhos.

4. Remuneração Mensal: A remuneração base líquida mensal a atribuir é de **2.128,34 Euros** de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho e com a primeira posição remuneratória do nível inicial previsto no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de Dezembro, correspondente ao nível 33 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, 31 de dezembro.

5. Perfil do(a) candidato(a): São elegíveis a concurso cidadãos nacionais, estrangeiros e apátridas que possuam os seguintes requisitos:

- 1) Doutoramento preferencialmente nas Áreas de Química Orgânica e Terapêutica/Medicinal, Química Biológica, Farmácia ou disciplinas relacionadas;
- 2) Experiência em síntese química e purificação de compostos é uma vantagem;
- 3) Experiência em retrosíntese e desenho de vias sintéticas é uma vantagem;
- 4) Experiência em métodos espectroscópicos (RMN, IV, LC-MS) e microscopia de fluorescência e marcação isotópica é uma vantagem;
- 5) Experiência em ensaios bioquímicos de luminescência (e.g. Inibição de cinases) é uma vantagem;
- 6) Experiência em cultura celular é uma vantagem;
- 7) Possuir licença para executar experiências em modelos animais (FELASA B) é uma vantagem;
- 8) Excelente capacidade de comunicação de ciência – proficiente em inglês falado e escrito;
- 9) Criatividade demonstrada por publicações científicas;
- 10) Mentalidade e atitudes pro-ativas.

NOTA: Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no **Decreto-Lei n.º 66/2018, de 18 de Agosto**, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a candidatura.

6. **Processo de candidatura:** O concurso tem início em **14 de Outubro e término em 25 de Novembro de 2019** (30 dias úteis), devendo a formalização das candidaturas efetuar-se mediante o envio dos documentos abaixo indicados, via email, em formato de PDF, para o endereço de correio eletrónico imm-hr@medicina.ulisboa.pt, com indicação da ref.ª da posição a contratar (obrigatório):

- a) Carta de motivação do(a) candidato(a) em língua inglesa;
- b) Curriculum Vitae completo;
- c) 2 (duas) cartas de recomendação;
- d) Certificado de Doutoramento (por favor, verificar **“NOTA”** no Perfil do(a) candidato(a))
- e) Sumário (máximo de duas páginas) do trabalho científico desenvolvido pelo/a candidato/a.

Nota: O não cumprimento destes requisitos determina a rejeição liminar da candidatura.

6.1. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

6.2. O IMM promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) pode ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento(a) de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

6.3. Nos termos do D.L. nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o(a) candidato(a) com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar na candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

7. **CrITÉrios de Avaliação:** As candidaturas admitidas a concurso serão avaliadas tendo em conta a qualidade, atualidade e relevância do percurso científico (produção científica e experiência de investigação) e curricular de cada candidato(a) e respetiva adequação ao plano de trabalhos proposto.

Primeira fase: Análise do Currículo (50%) Sumário (30%) e da Carta de Motivação (10%) - Com base no **Currículo**, será analisado qualitativamente, e no que respeita ao seu conteúdo e relevância para as funções a desempenhar nomeadamente: os trabalhos científicos realizados e/ou publicados em áreas afins ao plano de trabalho (20%); experiência de investigação e conhecimentos relevantes na área do plano de trabalhos proposto como descrito no perfil do candidato (30%). No **sumário** será avaliada a criatividade do trabalho desenvolvido e a capacidade de comunicar ciência de forma objectiva e concisa (30%). Com base na **carta de motivação** será aferida a motivação e interesse pelas atividades a executar (10%).

Segunda fase: O júri selecionará para **entrevista** (avaliação: 10%) os 5 candidatos que tenham obtido na primeira fase a classificação mais alta, com um mínimo de 80%. Em caso de empate a decisão de desempate caberá ao presidente do júri.

7.1. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à redação de uma ata, na qual constará todo o processo de recrutamento, avaliação e seleção, na qual se inclui a lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

7.2. A decisão final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição, a quem compete também decidir da contratação.

8. **Resultados:** A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações sitas em Av. Professor Egas Moniz, Ed. Egas Moniz, 1649-028 Lisboa, publicitadas na página eletrónica do IMM João Lobo Antunes em <https://imm.medicina.ulisboa.pt/pt/emprego/resultados/>, sendo os candidatos notificados por e-mail.

9. **Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final:** Nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, após notificados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

Lisboa, 10 de Outubro de 2019